



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O COLÉGIO PEDRO II: UM PARADIGMA AOS ENSINAMENTOS SECUNDÁRIOS NO BRASIL DURANTE OS OITOCENTOS

Suely Cristina Silva Souza*
(UFS)

Andréa Maria dos Santos Matos**
(UFS)

RESUMO

O presente trabalho investiga como foi consolidado o saber secundário no ambiente do Colégio Pedro II, desde o momento da sua fundação no ano de 1838, até sua equiparação em todo território brasileiro a partir de 1879. Para essa análise, utilizou-se como aporte teórico autores que trabalham com a História das Disciplinas Escolares como Aires, Alves, Andrade, Araújo, Fernando Azevedo, Gatti Junior, Julia e Vasconcelos que possibilitaram reconstruir sucintamente o cenário histórico do Colégio Pedro II, instituição de cultura e formação geral, em nível secundário para os estudos literários necessário às elites dirigentes do país. Os resultados dessa análise revelaram que os estudos secundários no Pedro II não serviram de paradigma no âmbito nacional devido às especificidades regionais e locais de cada instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Colégio Pedro II; História das disciplinas; Secundários.

*Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Sergipe na linha de Pesquisa História, Sociedade e Pensamento Educacional, bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe e membro do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem. E-mail: suelycristinas@yahoo.com.br.

**Licenciada em Matemática pela Universidade Federal de Sergipe e membro do Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem. E-mail: amatosão@yahoo.com.br.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

INTRODUÇÃO

O percurso investigativo das pesquisas em História da Educação possui um caráter redutor por não problematizar a realidade específica de cada disciplina de ensino. No entanto, essa característica recentemente vem se alterando, à medida que novos estudos vêm sendo desenvolvidos no contexto da História das Disciplinas Escolares, que focalizam suas análises nos estudos de uma disciplina escolar no interior de uma instituição.

Sendo as disciplinas escolares irredutíveis, elas constituem problemáticas ao pesquisador nas suas investigações ao versarem sobre sua gênese, função e finalidades, originadas no interior das instituições, local que define a aprendizagem escolar. No entanto, as tendências historiográficas que privilegiam instituições educacionais permitem identificar as práticas escolares que são produzidas dentro da escola, contribuindo assim na compreensão de sua estrutura e organização de acordo com suas especificidades e singularidades locais e institucionais, bem diferente o campo de pesquisa em História da Educação que se diferencia pela abordagem educacional de forma mais ampla.

[...] a história das instituições educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que passa no interior das escolas, gerando conhecimento mais aprofundando desses espaços sociais destinados aos processos de ensino e aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos (GATTI JÚNIOR, 2002, p.20).

Buscando investigar traços da cultura escolar do Colégio Pedro II como um sistema amplo de significações culturais, seria assim, como concebe Julia:



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Um conjunto de normas que definem saberes a serem ensinados e condutas a serem inculcadas e conjunto de normas e práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem ter em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a estas normas e logo a pôr em prática os dispositivos encarregados de facilitar a sua aplicação (JULIA, 2001, p.10-11).

Segundo Vasconcelos (2005), a importância da questão educacional no Brasil durante os oitocentos sofreu influências das idéias européias na construção de sua nacionalidade. Seus dirigentes idealizavam sua constituição e a afirmação de Estado Imperial priorizando a centralização das decisões e ações, entre elas as educacionais. Neste contexto, a escola formal foi instituída, seja ela estatal ou particular, afirmando seu estatuto de posturas e possibilidades, apropriando-se da educação ministrada nas casas dos professores consolidando o seu espaço de educação. Sendo assim, os professores assumiam o papel de agentes do governo na formação do cidadão a fim de fundamentar uma cultura de pertencimento à civilização ocidental.

A cidade do Rio de Janeiro, município da Corte, representava o centro formador de estilo e de novos hábitos sociais, principalmente com a presença da elite. Essas famílias matriculavam seus filhos no Imperial Colégio Pedro II, uma agência educacional formadora de grupos de indivíduos constituída por dirigentes imperiais e formadores de opinião (ANDRADE, 1999).

O Colégio Imperial Pedro II possui sua origem apontada na primeira metade do século XVIII, no abrigo dos Órfãos de São Pedro, fundado em 1733, no Rio de Janeiro, por Frei D. Antônio de Guadalupe, sua finalidade era receber e criar meninos brancos, órfãos de pais pobres, desamparados de criação para encaminhá-los à vida



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

eclesiástica. Sua orientação era de caráter franciscano e apresentava aulas de doutrina cristã, gramática latina, música e cantochão (ARAÚJO, 2004).

No ano de 1760, o Colégio mudou suas instalações para Rua do Valongo, para um estabelecimento mais apropriado doado pelos fiéis, transformando-se no Seminário de São Joaquim. O curso oferecido neste Seminário ainda era de caráter eclesiástico, com duração de quatro a seis anos e ministrava aulas de Latim e cantochão (ARAÚJO, 2004).

Com a Carta Constitucional do Brasil, outorgada em 1824, reafirmava-se a questão educacional como um conjunto de escolas de instrução pública primária, gratuita a todos os cidadãos, que numa sociedade desigual ficava limitado a grupos de indivíduos brancos alfabetizados. A criação dessas escolas de primeiras letras representava a primeira tentativa de propagação do ensino público primário formativo, já que os estudos secundários ou das humanidades eram aplicados nas casas dos alunos através das aulas menores, modelo semelhante ao das aulas régias portuguesas e dos seminários.

O Período Regencial em 1834 contemplou às tendências liberais descentralizadoras e as reivindicações conservadoras centristas. De acordo com Azevedo, “o sistema educacional e cultural em formação desde D. João VI, e que se vinha reorganizando, por um ato da política imperial que o comprometeu nas suas próprias bases, e viria paralisar todos os esforços posteriores de unificação” (AZEVEDO, 1996, p.554). Sendo assim, a autonomia das províncias deslocou o poder central para o local as responsabilidades do ensino primário e secundário.

[...] Além da criação das escolas primárias, registra-se o aparecimento dos primeiros liceus provinciais, como os de Pernambuco, Bahia e Paraíba, destinados à preparação para o ingresso nos cursos superiores, instituindo-se legalmente, através de uma dualidade de



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

competências, um paralelismo entre os sistemas provincial e geral de ensino (ANDRADE, 1999, p.13).

No ano de 1837, o Decreto de 2 de dezembro, aniversário natalício do jovem imperador, estabelecia a criação de um instituto secundário intitulado Colégio Pedro II, que servisse de modelo oficial para o Município da Corte e para as Províncias. No entanto, a inauguração só ocorreu no dia 25 de março de 1838. O Art. 3º desse decreto estabelecia os ensinamentos das línguas latinas, grega, francesa e inglesa, retórica e aos princípios de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, álgebra, geometria e astronomia (AZEVEDO, 1996).

No mesmo ano através do Decreto Nº 8 de 31 de janeiro de 1838, é conferido o grau de Bacharel em Letras, “permitindo aos alunos o acesso ao curso superior, nas academias então existentes, sem a prestação de exames” (ARAÚJO, 2004, p. 42). No dia 5 de fevereiro do mesmo ano, nomeou-se o primeiro reitor do Colégio Pedro II, D. Frei Antonio de Arriba, que em 25 de março recebeu das mãos do ministro Bernardo de Vasconcelos o regulamento do Colégio.

No dia 29 de abril de 1838, foram nomeados quatro professores: Justiniano José da Rocha para cadeira de Geografia e História, Joaquim Caetano da Silva, Manuel Araújo Porto Alegre e Gonçalves de Magalhães, cujas disciplinas ministradas não foram identificadas nas fontes analisadas (AZEVEDO, 1996).

Justiniano José da Rocha, primeiro catedrático de Geografia e História (Antiga e Romana), no qual elaborou especialmente aos alunos do Pedro II dois compêndios, sendo um deles o *Compêndio de Geografia Elementar* em 1838 e outro intitulado *História Universal* em 1848, que tinham por base os *Manuais de História Antiga* de Poirzon e Cays e de *História Romana* de Derozoir e Dumont. O estudo da história e do latim objetivava recuperar a antiguidade romana através do tempo histórico, fornecedor de elementos constitutivos da genealogia da Europa Ocidental e, por



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

consequente, da civilização do Brasil. O ensino de História do Brasil recebeu como suporte dois materiais didáticos doados, um deles os *Manuais Elementos de Cronologia*, elaborado pelo Senador José Saturnino da Costa Pereira e o *Resumo de História do Brasil*, organizado por Henrique Luis de Niemeyer Bellegarde, que tomou como referência a obras estrangeiras homônimas e incompletas de Ferdinand Denis, considerado um resumo ruim pelos historiadores do IHGB (ANDRADE, 1999).

Para admissão dos alunos se fazia necessário um exame, no qual exigia dos candidatos a idade mínima de 10 a 11 anos, domínio da leitura e escrita, conhecimentos de doutrina cristã, gramática, aritmética e operações decimais de pesos e medidas. Para classificar e limitar os candidatos na seleção exigia-se que os mesmos fossem cristãos e que dispusessem de tempo integral. Além dos exames, os candidatos aprovados deveriam pagar ao Pedro II uma anuidade, já que esse colégio deixava de ser gratuito voltado aos pobres e tornou-se uma instituição paga, destinada a elite (ARAÚJO, 2004).

Seu ensino era graduado, variava entre 6 a 8 séries, de acordo com os graus crescentes de dificuldade, sendo as aulas dispostas em ordem decrescente, da 8^o para a 1^a aula, segundo o modelo *Ratio Studiorum*. O termo aula correspondia a um bloco de matérias, empregado como grau de ensino, e não como ano letivo, portanto os estudos poderiam ser concluídos em cinco anos. O método simultâneo constituía um diferencial ao ensino ministrado por esse colégio, pois permitia a transmissão de diversas informações em um curto espaço de tempo.

Suas classes deveriam conter um número de 30 a 35 alunos, com a mesma faixa etária, o mesmo seria para os dormitórios, no caso de internato, e no refeitório, já que cada classe possuía sua mesa própria. Estimulado por um sistema de premiação, os professores separavam os alunos entre os mais hábeis e menos hábeis para organizar suas classes, na qual os homenageavam em solenidades anuais. Em



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

suas classes havia um banco de honra, “um lugar especial na sala de aula para aqueles que se destacassem no concurso de lugares, que consistia em um concurso de redação realizado mensalmente na presença do professor” (ARAÚJO, 2004, p.44).

Na obra de Araújo (2004), *Debates, Pompa e Majestade: A história de um concurso docente nos trópicos no século XIX* traz explicações da categoria Colégio através das considerações elaboradas por Gasparello nesta obra, divulgando que esse termo não possuía nenhum significado claro durante a segunda metade dos oitocentos. Originou-se nas “sociedades do antigo regime na Europa, o termo designava um tipo de instituição atrelado a universidade, como espaço de instrução e internato, abrigando alunos entre oito e quinze anos, aproximadamente” (ARAÚJO, 2004, p.45). Nessa obra Gasparello apresenta o parecer da Inspeção Geral de Instrução da Corte, definindo devidamente os termos escola, colégio e casa de instrução ou educação, de acordo com a idade para o preenchimento do cargo de diretor de tais instituições. Como resultado, o Colégio Pedro II preenchia os requisitos necessários de um Colégio, “uma vez que abrigava internos e meio-pensionistas, além de contar no seu quadro docente com vários professores de diversas matérias”. Seu ensino de base humanista privilegiava “o latim e o francês, a literatura e a retórica e a história sagrada e universal, que formavam o arcabouço da chamada cultura desinteressada” (ARAÚJO, 2004, p. 46).

Para tanto, seus estudos enfatizavam as humanidades, o que não significava uma ausência das Ciências, mesmo que de caráter enciclopédico seu ensino despertava constante atenção durante as reformas que ocorreram na instituição. Segundo análise de Teixeira, autor citado em Araújo (2004), os anos 1838 a 1889, sofreram “ao longo de muitas mudanças, as matérias científicas atingem, em média, 47,8% do total, igualando-se rigorosamente aos 47,8% das literárias, reservando



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

apenas 1,3% para as matérias religiosas e 3% para as artísticas” (ARAÚJO, 2004, p.47).

A cadeira de alemão foi criada no ano de 1840, a primeira do país ministrada pelo Barão de Planitz.

O Ministro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada em 1841 determinou a primeira reforma nos estatutos do Colégio, modificando o seu Plano de Estudos e fixando em sete anos o curso completo, sendo o latim presente em todo curso e o estudo do grego nos quatro últimos anos.

[...] sistema de ensino gradual, simultâneo e integral, com predomínio dos estudos literários, tendo os alunos que aprender diversas matérias de humanidades, artes e ciências, cujo número e complexidade vão aumentando de ano para ano... acrescentou ao estudo das línguas o alemão; o ensino das artes foi ampliado pelo desenho figurado; o tempo da história foi estendido do mundo romano ao início do século XIX; o estudo da geografia foi incorporado pela geologia e mineralogia; e as ciências físicas e matemáticas tiveram seu ensino dilatado pela química, zoologia, botânica e trigonometria(ANDRADE, 1999, p.20).

A primeira turma de bacharéis formou-se no ano de 1843 e alcançou seu objetivo principal, preparar esses alunos para o ensino superior. A Solenidade de Colação de Grau de Bacharel em Letras aconteceu no dia 21 de dezembro e contou com a presença do Imperador e do Ministério. A turma tinha como destaque Agostinho Marques Perdigão Milheiros de Minas Gerais, afamado jurisconsultor; Carlos Arthur Buch Varella, do Município de Neutro, grande orador forense e José Carlos Almeida áreas, futuro Visconde de Ourem, da Província do Rio de Janeiro, importante diplomata da elite (ANDRADE, 1999).

Já o ano de 1846, a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos deputados formada pelos Deputados Francisco Salles Torres Homem, Dias de Carvalho e



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Domingos José Gonçalves de Magalhães apresentou dois projetos. O primeiro projeto, determinava a criação do Conselho Geral de Instrução Pública, “destinado a auxiliar o governo na organização, inspeção e direção da instrução em todo o estado” e o segundo, “propunha a criação de um Liceu Nacional na Corte, com um programa de estudos mais simples e prático, desenvolvido em seis anos, e cuja estrutura de externato público servisse de base para a equiparação de liceus provinciais com as mesmas prerrogativas do colégio Pedro II”. A unificação desses projetos deu-se no ano seguinte, e até o ano de 1854, com a criação efetiva do Conselho Diretor, esse projeto foi apresentado e adiado por várias vezes (ANDRADE, 1999).

Em 1855 o Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz completou a Reforma da Instrução Pública, introduzido como pontos principais, a unificação do ensino primário público, gratuito e obrigatório; a recomendação do método do ensino simultâneo; a regulamentação e fiscalização do ensino particular pela Inspeção Geral de Instrução Pública; a formação da classe de professores adjuntos, composta pelos melhores alunos das escolas públicas maiores de 12 anos, aprovado em exame mediante Inspeção Geral (ANDRADE, 1999).

A Reforma de 1857 criou o curso propedêutico, que apresentava uma alternativa entre a forma clássica e a científica, destinado aos cursos superiores, visando uma formação mais técnica e rápida para o gerenciamento do comércio, indústria e funcionalismo público. Neste período formaram-se cinco Bacharéis em Letras constituindo a última turma unificada do Pedro II, entre eles Manoel de Queiroz Matoso Ribeiro, José Antônio de Azeredo Castro, Antônio Rodrigues Monteiro de Azevedo, Gervasio Mancebo e Manoel Thomaz Alves Nogueira todos importantes representantes da vida pública (ANDRADE, 1999).

O ano de 1858, o Conselho Diretor aprovou o Programa de Ensino da Instrução Secundária do Município da Corte, tanto para o Internato como para o



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

Externato do Imperial Colégio Pedro II. Esse Programa determinava que no 1º Ano fosse introduzida a cadeira de Doutrina Cristã e História Sagrada que abrangia temas doutrinários da criação do mundo e do homem até a Vida, Paixão e morte de Jesus Cristo. No 4º Ano criou-se a Cadeira especial de História e Corografia do Brasil, que tem por fim orientar a educação oficial para a educação do passado. E o ensino do 7º Ano contemplava ao estudo das línguas, análise e crítica dos clássicos portugueses, composição de discursos, narrações, declamação e para história da literatura portuguesa e nacional (ANDRADE, 1999).

Segundo Andrade (1999), as reformas das décadas de 50 e início dos anos 60 do século XIX promovida pela Política de Conciliação apresentaram um clima de calma, onde liberais e conservadores consideravam que os programas ministeriais da Instrução Pública representavam uma alavanca ao progresso.

De acordo com Azevedo (1996), “de todos os decretos que lhe introduziam modificações, em geral pouco importantes como os Decretos de 1849, 51, 55, 62, 70, 74, 81, 82, 88, nenhum em todo o Império lhe atingiu tão profundamente a estrutura e os privilégios como os dois decretos de 1878 e 1879” (AZEVEDO, 1996, p.590).

Esses dois Decretos foram referendados pelo ministro Leôncio de Carvalho, sendo que o ano de 1879 determinou o seu egresso do Ministério. O decreto de nº 6.884 de 20 de abril de 1878, determinou uma nova distribuição das matérias de ensino e tornou livre a frequência do externato, retirou a obrigatoriedade do ensino religioso, permitindo aos estudantes católicos receber o grau de bacharel sem cursarem a cadeira de instrução religiosa. Já o decreto de nº 7.247 de 19 de abril de 1879, equiparou todos os estabelecimentos secundários mediante condições determinadas, as mesmas prerrogativas de que gozava o Colégio Pedro II para que seguissem aos mesmos programas de estudos.



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

O Pedro II durante o Império funcionou como um laboratório ao projeto civilizador no âmbito educacional. As Reformas aplicadas a esse Colégio alteraram o seu cotidiano, sua estrutura administrativa e curricular, ampliaram e reduziram os programas de estudos, criaram ou limitaram o conteúdo das matérias, ou ainda redistribuíram a carga horária das lições. Essas mudanças apenas confirmaram a sua centralidade como condutor de reformas e como agência formadora das elites culturais da nova nação que se construía.

As hierarquizações das classes sociais na educação possibilitaram uma estreita relação entre política e cultura, educação e visão de mundo. Os discursos políticos e oficiais, e as práticas educacionais nos diferentes níveis sociais apontavam para um projeto de nação referenciado por um sistema de valores e patrimônio cultural construído por uma política educacional e elitista.

O Colégio Pedro II, fundado para ser um paradigma da instrução secundária na Corte e nas demais províncias, cumpriu o seu papel de colégio-padrão do ensino tradicional, clássico e erudito. Projetou-se no cenário brasileiro como uma instituição educacional, possuidora de estatutos organizados, métodos de ensino, programas e compêndios, e como centro de formação social da cultura intelectual. Inseriu-se na Capital do Império, com o objetivo de preparar a elite aos cursos superiores, seu estudo não correspondia na realidade das demais províncias, no qual detinha de conhecimentos técnicos e profissionais para as classes populares.

Segundo Aires (2006), em sua obra *História da Disciplina Escolar Química: o caso de uma instituição de ensino secundário de Santa Catarina (1909-1942)*, a hegemonia do marco temporal do surgimento do Ensino de Ciências é verdadeira, porém parcial, leva-se em consideração estudos em instituições e regiões específicas. Para ela, a normatização do currículo do Colégio Pedro II nos demais estabelecimentos de ensino secundário distribuídos nas Províncias brasileiras não



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

ocorreu na prática considerando que “a história do Ensino de Ciências que ocorreu no Colégio Pedro II pode ser considerada como a história de ‘uma história de uma instituição de secundário específica’ e não como a história do Ensino de Ciências do ensino secundário brasileiro” (AIRES, 2006, p.59).

Na mesma direção seguiu a tese de Eva Maria Siqueira Alves (2005), ao analisar um estabelecimento secundário sergipano *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo planos de estudos (1870-1908)*. Nesta obra a autora identificou e organizou através dos Planos de Estudos as cadeiras lecionadas de acordo com as cargas horárias, compêndios adotados e professores ministrantes, localizados em diferentes peças documentais. Segundo Alves, esse estabelecimento de ensino equiparou-se ao Colégio Pedro II através do Decreto 231 em 9 de julho de 1897.

Portanto, os estudos secundários no Colégio Pedro II representou uma historiografia de uma instituição específica e não como um paradigma da história do ensino secundário da Corte, já que cada estudo traz suas especificidades regionais e singularidades institucionais.

Os esforços interpretativos contidos no desenvolvimento de investigações afeitas ao campo das instituições educacionais e mesmo ao campo da história das disciplinas escolares são a ponta-de-lança da possibilidade da escrita de uma nova história da educação brasileira, capaz de levar em conta as especificidades regionais e as singularidades locais e institucionais, ancorada, agora, em um conjunto de estudos monográficos rigorosos e criteriosos, elaborados paulatinamente nas diversas regiões brasileiras (GATTI JUNIOR, 2002, p.21).

Sendo assim, esse artigo delineou sucintamente aspectos de conformação dos saberes secundários no Colégio Pedro II, desde a sua fundação em 1838 até torna-se



ISSN: 2175-5493

VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

um paradigma nacional a partir de 1879, aos estudos literários e desinteressados necessário às elites dirigentes do país.

REFERÊNCIAS

AIRES, Joanez Aparecida. **História da Disciplina Escolar Química: o caso de uma instituição de ensino secundário de Santa Catarina (1909-1942)**. Tese de Doutorado, Florianópolis: UFSC, 2006.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: Uma casa de educação literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908)**. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2005.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1999.

ARAÚJO, José Augusto Melo de. **Debates, Pompa e Majestade: a história de um concurso docente nos trópicos no século XIX**. Dissertação de Mestrado. São Cristovão: UFS/SE, 2004.

AZEVEDO, Fernando de. "As origens das instituições escolares". In: **A Cultura brasileira**. Parte III – A transmissão da Cultura, 6ª ed. Brasília: Editora UNB, 1996, p. 545-601.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais. In: GATTI JUNIOR, Décio & ARAÚJO, José Carlos Souza (orgs). **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2002.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e os seus mestres: a Educação no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.